



Destaque Rural Nº 268

5 de Abril de 2024

FRAGILIZAÇÃO DO ESTADO, DESGASTE DO TECIDO SOCIAL E AUSÊNCIA DE PERSPECTIVAS PARA A RESOLUÇÃO DO CONFLITO

João Feijó

INTRODUÇÃO

Ao fim de 6 anos de conflito armado, continuam a existir centenas de milhares de indivíduos afectados pela guerra, impossibilitados de regressar às suas zonas de origem. O aumento do esforço de guerra, num quadro de intervenção do Fundo Monetário Internacional, tende a ser responsável por um desinvestimento em sectores sociais como a saúde e a educação, levantando problemas de assistência às populações. A agravar a situação, a ajuda humanitária apresenta-se claramente subfinanciada. Depois de se descrever os movimentos populacionais na província, ao longo deste Destaque Rural pretende-se caracterizar o acesso a serviços públicos por parte das populações afectadas pelo conflito, mas também a resposta da ajuda humanitária e ao desenvolvimento. Finalmente, pretende-se descrever o nível de integração socioeconómica das populações, procurando distinguir entre as populações que permanecem deslocadas e as que regressaram aos seus locais de origem.

Na prossecução destes objectivos foram inquiridos 328 indivíduos afectados pelo conflito. Os inquiridos residiam nos centros de reassentamento de Ntele, Piloto, Mirate (distrito de Montepuez), Nacaca (município de Montepuez), Eduardo Mondlane (município de Mueda), Mandimba, Lianda e Chilindi (distrito de Mueda), bairros de Pamunda e Nachimela (município de Mocímboa da Praia) e Ntotoe (distrito de Mocímboa da Praia). A recolha de dados foi realizada entre 10 de Fevereiro e 5 de Março. Paralelamente, foram entrevistados administradores ou secretários permanentes dos distritos seleccionados, directores de serviços distritais, de unidades sanitárias ou de estabelecimento de ensino, para além de indivíduos deslocados ou regressados.

1. CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E MOVIMENTOS POPULACIONAIS

Ao longo do primeiro semestre de 2024, a insurgência tornou-se particularmente activa na costa de Macomia, Quissanga e arquipélago das Quirimbas. Ao longo de várias semanas foi aberta uma frente no Sul da província, com uma incursão nos postos de administrativos de Mazeze, Chiúre Velho e Ocua (distrito de Chiúre). Mensagens deixadas pela insurgência, anunciando que iria celebrar o Eid (fim do Ramadã) junto com a população, precipitaram muitos indivíduos dos distritos de Ibo e de Quissanga a fugir

para Pemba. Estes ataques e rumores suscitaram ondas de pânico e movimentação de dezenas de milhares de indivíduos, colocando pressão sobre a assistência humanitária, não só em termos de segurança dos seus quadros, como de prestação de apoio às populações.

O aumento da insegurança traduziu-se em novas vagas de deslocados. Em Montepuez e Mueda verificam-se tentativas frustradas de regresso aos locais de origem, sobretudo para Macomia, Muidumbe e Mocímboa da Praia. A reintegração nos centros de deslocados torna-se complicada em virtude da frequente venda das residências aquando da partida, ou da danificação das mesmas durante o período de ausência.

No Norte, muitas famílias continuam a regressar às aldeias de Nangade e às zonas altas do distrito de Muidumbe. Não obstante o receio de deslocação a áreas de produção mais recônditas, a vida retomou a alguma normalidade.

Em Dezembro de 2023 o número oficial de deslocados divulgado pela Organização Internacional das Migrações era de 709.529 deslocados e 632.408 regressados. Contudo, a instabilidade militar concorre para a difícil actualização do número deslocados existentes nos centros de reassentamento. A redução da assistência humanitária e o aumento das deslocações da população traduzem-se no aumento dos problemas de segurança. No centro de deslocados de Nacaca (cidade de Montepuez) existem relatos de furtos "*quase diários*" nas residências, sobretudo de valores monetários e produtos alimentares, e de produtos nas machambas. A insegurança é agravada pela falta de iluminação pública, sendo que as 74 lâmpadas de iluminação solar colocadas ao longo das vias já foram por duas vezes roubadas (da segunda vez, apenas 3 semanas após a substituição). Em alguns centros foram instaladas equipas de policiamento comunitário, em colaboração com o comando da polícia. Em vários locais, as tentativas dos insurgentes foram infrutíferas. Em Nacaca, de um grupo de 12 polícias comunitários, apenas permanecem 4 activos. Estes elementos não dispõem de equipamentos de trabalho (uniforme, lanternas, meio de comunicação ou algemas), qualquer recompensa económica ou segurança, não estando, sequer, incluídos na lista de apoio alimentar. A polícia comunitária beneficiou de acções de formação promovidas por organizações não-governamentais, incluindo na área de direitos humanos. Contudo, da discussão em grupos focais, foi possível perceber que qualquer *pilha galinhas é chamboqueado* antes de ser entregue às autoridades. O sentimento predominante é de revolta pelo que, a captura de um suspeito, transforma-se num momento de descarga de frustrações acumuladas e de catarse colectiva.

2. “VAMO-NOS REIVENTANDO” - CRESCENTE FRAGILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

2.1. A precariedade dos serviços de educação

Muitas famílias que regressaram de Montepuez ou de Mueda para o Nordeste da província optaram por deixar os descendentes nos centros de deslocados, contribuindo para a densificação da população escolar nesses locais, sobretudo em Mapupulo (distrito de Montepuez). Em Mueda verificaram-se novos fluxos de crianças deslocadas, oriundas das zonas baixas de Muidumbe, Macomia e Mocímboa da Praia. Os estudantes recém-chegados são integrados no sistema educativo, mesmo quando não trazem documentos.

Esta situação concorre para turmas extremamente densificadas. Em Mapupulo e em Mueda Sede foram identificadas turmas da primeira à terceira classe com mais de 200 estudantes. A situação agrava-se pela existência de vários professores em licença de maternidade ou baixa médica, permanecendo as respectivas turmas com acompanhamento pedagógico reduzido ou nulo. O tamanho das turmas tende a diminuir para metade no município de Mocímboa da Praia, traduzindo a relutância de muitas famílias a transferir os seus descendentes para o Nordeste da província. Uma vez que ainda estão a ser aceites matrículas, o número continuará a aumentar, afectando a aprendizagem e dificultando o acompanhamento dos estudantes.



Imagem 1: Turma da segunda classe com 193 estudantes, escola primária anexa em Ntele, Mapupulo, distrito de Montepuez

O aumento exponencial de estudantes não é acompanhado por um crescimento do número de professores. No ano lectivo de 2024 foram contratados apenas 13 docentes para todo o distrito de Montepuez e 11 para todo o distrito de Mueda (contra 39 novos contratados no ano de 2023). A contratação de professores não acompanha o crescimento demográfico estudantil natural e migratório, nem compensa a mortalidade e abandono de professores. Só entre Janeiro e Fevereiro foram registados 7 óbitos entre o corpo docente no distrito de Montepuez. Em escolas básicas faltam professores para áreas específicas, como química, física ou português.

Nos centros de deslocados constata-se vários esforços de construção de salas de aula, frequentemente com recurso a materiais locais, mas claramente insuficientes para as necessidades. As salas apresentam mau estado de conservação (puxadores roubados, vidros partidos e redes mosquiteiras rasgadas). De acordo com os números disponibilizados pelos Serviços Distritais da Educação, das 586 salas de aula existentes no distrito de Montepuez, 65,1% são consideradas convencionais. No município de Montepuez existem aulas a decorrer ao ar livre, interrompidas nos dias de chuva. As carteiras escolares são largamente insuficientes e sentar no chão constitui algo adquirido para a grande maioria dos alunos. As escolas que existem (geralmente construídas por organizações humanitárias), os sanitários não têm água, faltando também blocos administrativos.

Não obstante o aumento dos alunos e das necessidades educativas, o orçamento das escolas tem reduzido em relação a anos anteriores. No ano lectivo de 2023 só foi realizada a primeira transferência de verba do programa de apoio directo às escolas (ADE). Um mês após o início do ano lectivo de 2024 ainda não havia sido distribuída a verba prevista para o respectivo ano lectivo, sabendo-se que o valor irá reduzir em relação ao ano anterior. Nas escolas visitadas, para além de um quadro de ardósia precário, não se viu qualquer outro material pedagógico. Nos distritos de Mueda e de Mocímboa da Praia, em inícios de Março de 2024, ainda nenhuma escola tinha recebido livros escolares, continuando a utilizar os manuais do ano anterior, fortemente degradados. Os livros não são devidamente plastificados e, em dias de chuva, são utilizados pelas crianças para cobrir a cabeça, em prejuízo da sua conservação. Os professores referiram a relutância de alguns encarregados de educação para aquisição de materiais escolares, alegando ser responsabilidade do Governo. Aulas de informática são ministradas em escolas sem energia e sem computadores; quando funcionam, é graças à disponibilização do equipamento pessoal do professor, o que é insuficiente para turmas numerosas.

Os serviços distritais de educação não dispõem de meios de trabalho. Em Mueda, o orçamento anual de 35.000 meticais (cerca de 550 dólares) é insuficiente para o pagamento das despesas de água, energia, aquisição de material de escritório e pequena manutenção. Assim, das 7 motorizadas existentes, 5 estão avariadas. Em Montepuez, a viatura automóvel tem mais de 12 anos e não está em condições de circulação. Não

existem viaturas e combustível para visitar as escolas ou fornecimento de livros escolares, geralmente transportados por meios dos próprios professores.

As condições de trabalho dos professores são precárias. As más condições das vias de acesso, ausência de meios de transporte, a fragilidade das redes de telecomunicações, a ausência de energia e de operadores de carteira móvel, dificuldades de acesso a água e precariedade das residências e das condições de saúde, ou a distância em relação aos mercados concorrem para o profundo isolamento e inúmeras enfermidades entre o corpo docente. O receio de insegurança leva muitos professores a pedir transferência. Conscientes que se encontram entre os principais alvos da insurgência, à mínima suspeita de ataque, estes profissionais estão entre os primeiros a abandonar as escolas. Depois da desilusão gerada pela introdução da Tabela Salarial Única e do não pagamento das horas extras há anos (em Montepuez desde 2019), todos os professores entrevistados recusam-se a aceitar segundas turmas ou realizar horas extras. Esta recusa vai-se traduzir em turmas muito densificadas, em prejuízo do rendimento escolar dos alunos. Como reconhecem os próprios professores, o reduzido rendimento pedagógico será disfarçado com passagens administrativas. De acordo com os professores de Mapupulo (distrito de Montepuez), apenas 30% dos estudantes que terminam a 4º classe têm competências mínimas de leitura. Grande parte dos alunos continuam a desistir antes de concluir o ensino primário.

2.2. A debilidade dos serviços de água e saúde

Não obstante a construção de vários furos de água no distrito de Montepuez, sobretudo em zonas de maior concentração de deslocados, o acesso a água continua a ser um problema. No terreno constataram-se vários furos de água avariados, levando a população a recorrer a poços e outras fontes não seguras.

No planalto, a presença de população deslocada agrava os históricos problemas de abastecimento de água. Nos centros de deslocados em Mueda Sede a água é obtida a partir de furos no rio Lipuede e, posteriormente, transportada para a zona alta, através de tubos ou camiões-cisterna, com o patrocínio de organizações humanitárias. Uma vez que o abastecimento não é regular, grande parte da população recolhe água das chuvas ou percorre longas distâncias até às zonas baixas. Funcionários governamentais referem a existência de um projecto de abastecimento de água para todo o planalto, orçamentado em 100 milhões de dólares, mas que aguarda por financiamento.

Os problemas de acesso a água afectam a maioria das unidades sanitárias visitadas. No hospital rural de Mueda registaram-se cortes no fornecimento de água por parte da FIPAG, sendo a solução remediada por organizações humanitárias. Na grande maioria das unidades sanitárias de pequena dimensão não existe um sistema de água corrente a funcionar.

Por falta de dotação orçamental para pagamento da energia, grande parte das unidades sanitárias fica, frequentemente, duas a três semanas sem energia. Os partos são realizados à luz das lanternas de telemóveis. O centro de saúde de Namahaca, localizado no posto administrativo de Namanhumbir e construído pela Montepuez Ruby Mining, chega a ficar várias semanas sem energia. As vacinas são diariamente transportadas para Montepuez, comprometendo a sua qualidade. Noutros casos, como o centro de saúde de Nikupua (na cidade de Montepuez) construído por organizações não-governamentais, existe um sistema de iluminação com painel solar, mas avariado há vários meses. Sem energia, o centro de saúde não tem abastecimento de água por a electrobomba estar avariada. O centro nunca recebeu a visita de um electricista nem existe orçamento para manutenção. A inexistência de estabilizadores de corrente em toda a região é responsável pela danificação de aparelhos eléctricos, em virtude da má qualidade da energia da EDM. De acordo com um director distrital da saúde, em vez de se instalar um sistema de raiz que proteja os equipamentos electrónicos, tem-se optado pela realização de pequenas manutenções que, no final, se tornam mais onerosas. As unidades sanitárias mais antigas apresentam-se degradadas, com problemas de limpeza (em Mirate, distrito de Montepuez), de infiltração, por vezes reparadas por organizações humanitárias. Várias unidades sanitárias não dispõem de gestão de lixo hospitalar, que é enterrado ou incinerado, colocando em risco a saúde pública.

Um outro problema é a falta de insumos hospitalares. O hospital rural de Montepuez não dispõe de seringas e soro fisiológico, solicitando-os às unidades sanitárias do distrito. Frequentemente, são os familiares dos pacientes a fornecer seringas para análises e administração de soro, inclusivamente, a alimentação dos doentes. Noutros casos, são cobrados valores pela disponibilização dos utensílios hospitalares. Inúmeras camas não dispõem de rede mosquiteira, alegadamente por terem sido roubadas. Centros de saúde tipo II apresentam problemas de falta de equipamentos laboratoriais e nunca funcionaram. Em Mapupulo, as análises são enviadas para o hospital rural de Montepuez, sendo que a espera dos resultados pode demorar até dois meses.

Os medicamentos disponíveis resumem-se, sobretudo, aos fármacos essenciais, como quatem, paracetamol, amoxicilina, cotrimoxazol ou antidiarreicos. Em virtude da insegurança e dos problemas das vias de transporte, o acesso a medicação é mais problemático no Nordeste da província. Na única farmácia privada existente em Mocímboa da Praia várias prateleiras apresentavam-se vazias. Muitos medicamentos são encontrados à venda nos mercados informais, presumivelmente desviados do hospital.

Em Mocímboa da Praia grande parte das unidades sanitárias está destruída e o Governo ainda só conseguiu reabrir quatro unidades, incluindo o hospital rural de Mocímboa da Praia, que funciona no centro de formação de saúde. Apesar de constituir um hospital rural, este hospital rural não tem equipamento de raio X, hemograma, laboratório e bioquímica, faltando microscópios, o que compromete a realização de diagnósticos médicos. Muitas unidades sanitárias neste distrito continuam a operar em tendas e têm dificuldade em constituir brigadas móveis para atender os pacientes. Muitos doentes são

obrigados a recorrer ao hospital rural da vila sede distrital. Face às distâncias, má qualidade das vias de acesso, falta de operadores de transporte e respectivos custos, muitos doentes chegam em situação crítica. Existem 3 ambulâncias, mas só uma não está avariada.

O hospital de Mueda, que conta com maior apoio de organizações humanitárias, apresenta condições menos desvantajosas, não obstante a falta de equipamentos, como raio X, e orçamento insuficiente. O seu director acredita que a maior atenção a esta unidade sanitária deriva da proximidade de um importante quartel militar. Durante o ano de 2023, militares do SAMIM disponibilizaram água à unidade sanitária. O hospital está muito dependente do apoio de parceiros no fornecimento de água, manutenção de instalações (bloco operatório, banco de socorros, enfermaria), reparação e combustível para viaturas, de material de limpeza, alimentação para doentes e camisetes e lanches para os dadores de sangue. Assim, os doentes de Mocímboa da Praia são transferidos para Mueda.

Nas zonas afectadas pela guerra verifica-se um grande receio de retorno pelos profissionais de saúde, sendo que as unidades sanitárias tendem a fechar muito cedo. As casas dos médicos estão destruídas ou foram vandalizadas. À semelhança dos professores, os técnicos de saúde apresentam-se desmotivados pelo não pagamento de horas extra.

No período das chuvas as queixas das populações relacionam-se com malárias, infecções respiratórias e distúrbios abdominais. Um grave surto de cólera afectou Chiúre, Namuno, Montepuez e Mueda. Os números oficiais do Governo de Moçambique referem a existência de 1949 casos de cólera na província de Cabo Delgado, mas profissionais da saúde estimam que o número tenha sido superior. Problemas de saúde mental são também perceptíveis, através de receios e irritabilidade das pessoas.

3. ATENUAR PROBLEMAS, AGRAVANDO CONFLITOS: O APOIO HUMANITÁRIO E AO DESENVOLVIMENTO

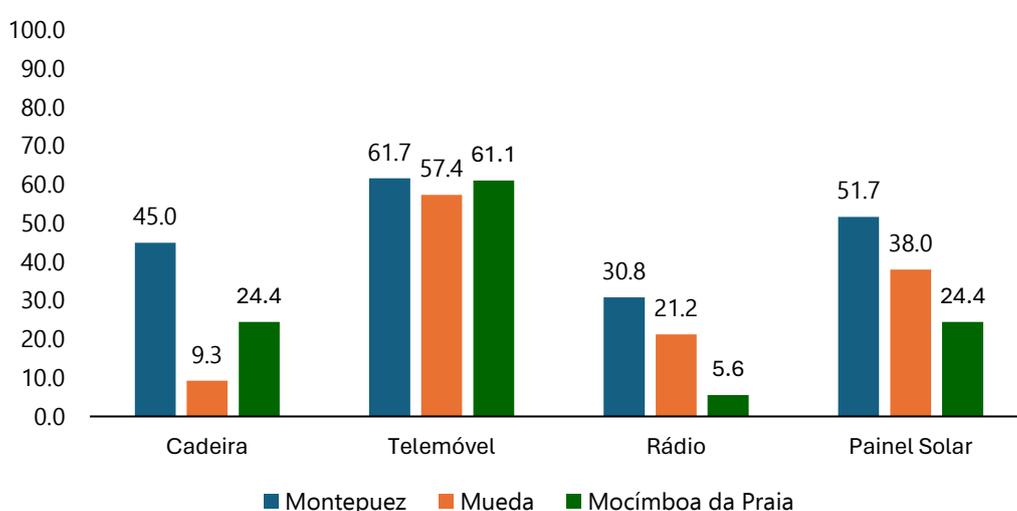
As principais cidades da província de Cabo Delgado continuam a ser palco de acção de organizações internacionais que, geralmente, repetem o mesmo tipo de resposta em diferentes países: disponibilização de água e saneamento, abrigos, ajuda alimentar e nutricional, cuidados de saúde, apoio a actividades educativas, mas também apoio à constituição de pequenos negócios. Com o regresso das populações para os distritos de Quissanga, Muidumbe, Nangade e Mocímboa da Praia, começa-se a assistir a um maior redireccionamento destas organizações para estes distritos.

Contudo, a imprevisibilidade no terreno e os movimentos instáveis da população são responsáveis pelo crescente sentimento de incerteza dos líderes de organizações humanitárias. Por um lado, os ataques nos distritos de Quissanga e de Chiúre afectaram profundamente as organizações que operavam no Sul da província de Cabo Delgado,

que temem hoje pela segurança dos seus quadros e activistas. Por outro lado, os ataques são geradores de novas vagas de deslocados, perpetuando a ajuda humanitária e dificultando a ajuda ao desenvolvimento.

No primeiro trimestre de 2023, a situação da população permanecia muito instável. Ao fim de vários anos após a fuga dos locais de origem, a grande maioria da população continua sem ter acesso a bens de consumo, como cadeiras, rádios, painel solar, etc., verificando-se uma maior penetração de pequenos telemóveis (ver gráfico 1). Cada vez mais desgastadas, as lonas ainda constituem o principal material de cobertura das habitações de mais de dois terços (67,3%) das famílias. Para as restantes resta o caniço.

Gráfico 1: Percentagem de famílias inquiridas com posse de bens, por distrito



A situação agrava-se com a redução da distribuição alimentar, quer em periodicidade, quer no número de famílias abrangidas, deixando excluídas cada vez mais um maior número de famílias. Não obstante ter tido um papel fundamental na prestação de cuidados primários à população, a ajuda humanitária não deixa de ser criadora de diversos conflitos.

Em primeiro lugar pela **exiguidade do apoio**, factor criador de enorme tensão. A distribuição alimentar constitui um momento de expectativa, ansiedade e de tristeza. Durante estes períodos, centenas de indivíduos concentram-se para assistir ao descarregamento de bens de consumo de primeira necessidade, invariavelmente insuficientes, despoletando tristeza e frustrações nos não contemplados. Na aldeia de Chilindi, distrito de Mueda, que contava com 1989 famílias deslocadas, uma organização humanitária pretendia disponibilizar 262 lonas, tendo o apoio sido recusado pela liderança da aldeia, após grande agitação. A atribuição insuficiente de recursos é relatada pelos entrevistados com uma profunda insatisfação: "*aquela coisa de uns comerem aqui e outros estão sentados, aquilo é crime*". De acordo com os relatos, perante a insuficiência de apoio alimentar para benefício de todas as famílias, um líder local no bairro Mwengwe, município de Mocímboa da Praia, ameaçou os técnicos da organização

humanitária: "se vocês repetirem a ajuda nos mesmos sítios, vamos chamar os que estão no mato para nos ajudar".

Em segundo lugar, pela **não compreensão dos critérios de distribuição** adoptados pelas organizações humanitárias, num contexto em que quase toda a população apresenta elevados índices de privação. De acordo com os entrevistados, durante as avaliações de vulnerabilidade realizadas pelas organizações humanitárias, os indivíduos mais hábeis a dar respostas consentâneas com as expectativas dos entrevistadores, tendem a conseguir colocar os seus nomes nas listas de beneficiários. A realidade é que o valor dos *vouchers* (4230 meticais) distribuídos às famílias necessitadas não varia em função do número de indivíduos que compõem o agregado familiar.

Em terceiro lugar, pela existência de **irregularidades na realização das listas de beneficiários**. Nos vários distritos circulam relatos de chefes de bairro que colocam indevidamente os nomes dos seus familiares nas listas de deslocados, de famílias registadas em vários locais, por onde circulam com o objectivo de obtenção de apoios, ou de famílias que abriram pequenas lojas para vender arroz fornecido pelo PMA.

Em quarto lugar, pelo **aumento das desigualdades entre os técnicos de organizações não-governamentais e os beneficiários da ajuda**, subvertendo toda a lógica da ajuda humanitária, a presença de técnicos oriundos de zonas urbanas (de Cabo Delgado ou de fora da província) e fazendo-se transportar por veículos 4x4 com motorista, exibindo modernos bens de consumo (*smartphones*, óculos de Sol, cabelos não naturais, fardamento, etc.) alimenta a convicção que estes indivíduos melhoram as suas vidas à custa do sofrimento da população afectada pelo conflito. A contratação de técnicos oriundos de centros urbanos em detrimento da população residente nos centros de deslocados é geradora de insatisfação.

Em quinto lugar, persistem conflitos entre populações anfitriãs, que cedem os recursos do seu território, mas não beneficiam de apoio, e as deslocadas, que permanecem bastante vulneráveis, com privações de acesso a meios de produção.

A ajuda ao desenvolvimento apresenta, também, problemas de implementação. Em primeiro lugar, verificam-se atrasos na distribuição. Em Mapupulo, as sementes foram entregues em finais de Dezembro, várias semanas após as primeiras chuvas de Novembro, conhecidas entre macondes por "*shikumbu valime*" (lembrar para ir culimar). Em meados de Fevereiro, numa altura em que o milho já estava quase maduro, as organizações humanitárias distribuía em Mapupulo.

Em segundo lugar, constata-se uma descontinuidade de inúmeros projectos fomentados por organizações de desenvolvimento ao longo dos anos de 2021 e 2022, traduzindo-se na respectiva morbilidade. Pequenos aviários construídos com apoio de ONGs encontram-se abandonados. Os frangos foram vendidos para suportar os períodos de interrupção de apoio alimentar ou para financiar viagens de regresso aos locais de origem. Moageiras comunitárias nunca funcionaram por falta de dinheiro para

combustível. Edifícios construídos para apoio à nutrição das crianças nunca funcionaram, ficando as respectivas instalações repletas de capim, em claro sinal de abandono. Pequenas bancas de venda de roupa apresentam mostruários vazios. Micro-empresendedores estão descapitalizados e não existem provedores de crédito para financiar negócios de pequena escala, como confecção de bolos, venda de bebidas, entre outros.

Em terceiro lugar, foram partilhados relatos de donativos mal realizados. O director do SDAE de Mueda denuncia a distribuição de cabritos não adaptados ao clima do planalto, entregues no período chuvoso e sem realização de quarentena, traduzindo-se em elevada mortalidade dos animais. *Agro dealers* aproveitam a oportunidade para realizar negócio de insumos, havendo relatos de entrega de semente de má qualidade (não certificada ou mesmo grão), transportada e armazenada em más condições. Nem sempre as organizações não-governamentais são lideradas por técnicos com conhecimento das especificidades agroecológicas e dos produtos. Tendo como objectivo a maximização do processo de distribuição, o Estado não mostra motivação ou capacidade de controlo da qualidade dos produtos.

Não existe uma avaliação dos impactos locais da ajuda humanitária e ao desenvolvimento. Projectos de formação acelerada, em áreas como carpintaria, electricidade, costura, cozinha, mecânica ou construção, entre outras, envolveram centenas de jovens, mas foram insuficientes para a população existente. Além disso, alguns jovens formados conseguiram empregos e se estabeleceram por conta própria, mas muitos permanecem desocupados. Portanto, seria importante avaliar o impacto destas iniciativas.

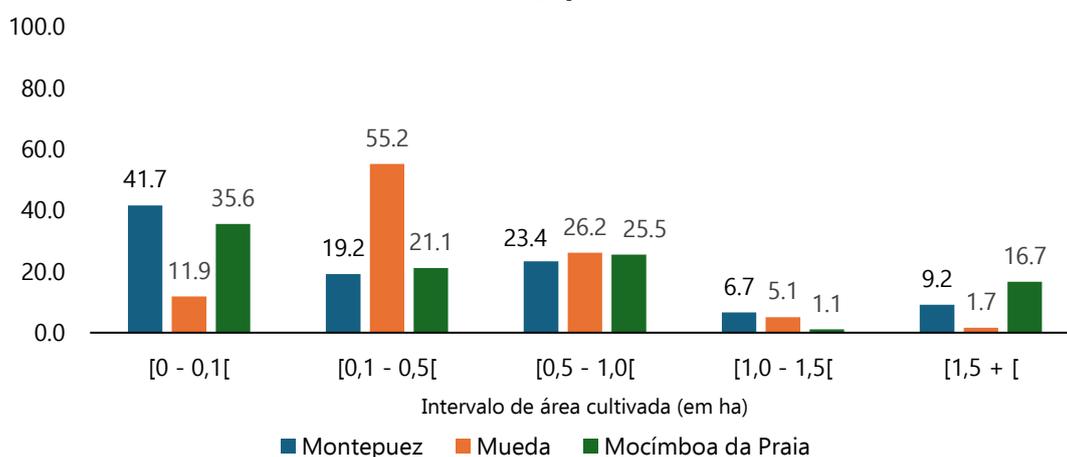
Um pouco por toda a província, as directrizes dos governos distritais são de substituir a ajuda humanitária por ajuda ao desenvolvimento. Nos encontros com as populações deslocadas, os representantes do governo enfatizam a necessidade de substituir o conceito de deslocado por "nativo": "*depois de tanto tempo que ficaram aqui, agora já não são hóspedes*"; e adopta-se uma atitude crítica em relação à ajuda humanitária: "*esses que vieram apoiar, vieram nos estragar*"; "*temos que tirar o arroz [da distribuição humanitária] para haver entendimento*" ou "*já tem enxada, esquece lá apoio*". Os discursos governamentais salientam a existência de vasta área florestal disponível, ignorando distâncias em relação às principais infra-estruturas e aos serviços públicos (estradas, rede de energia, saúde, educação e extensão rural), a descapitalização das famílias para negociação com os proprietários dos terrenos e a escassez de insumos. Em Mueda, as directrizes governamentais são de canalizar 60% do apoio para a população nativa e 40% para a deslocada, mas os representantes das organizações não-governamentais não têm conhecimento dessas orientações.

4. ESTAGNAÇÃO E ENCERRAMENTO DE PEQUENOS NEGÓCIOS: A RECONSTITUIÇÃO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Não obstante a agricultura constituir a principal actividade económica das populações inquiridas, os problemas de acesso a terras permanecem. Em 2020, o distrito de Montepuez parcelou cerca de 200 hectares nos 5 postos administrativos, para uma população de deslocados que, de acordo com o IOM, chegou a atingir 17.660 famílias em 2021, reduzindo para 4235 famílias em Dezembro de 2023. No distrito de Mueda o governo atribuiu 400 hectares para acolher provisoriamente populações deslocadas. Com vista a evitar tensões com a população local, parte destes terrenos constituíam áreas ociosas detidas por figuras proeminentes locais ou destinadas à construção de edifícios públicos.

O aumento da densidade populacional e competição pelo acesso a terras, faz com que grande parte dos deslocados continue a dispor de diminutas áreas de produção. Como se mostra no gráfico 2, a esmagadora maioria dos inquiridos cultiva áreas inferiores a meio hectare, claramente insuficientes para garantir uma segurança alimentar ao longo de todo o ano. Muitos entrevistados referem a exigência de quantias monetárias por parte dos proprietários, que pressionam para a devolução de terrenos ou proíbem a plantação de árvores de fruto. Alegadamente, os terrenos cedidos são geralmente de reduzida dimensão e de menor rendimento agrícola. Alguns proprietários ameaçam que este será o último ano em que emprestarão o terreno.

Gráfico 2: Distribuição percentual dos inquiridos por área cultivada (em hectares), por distrito



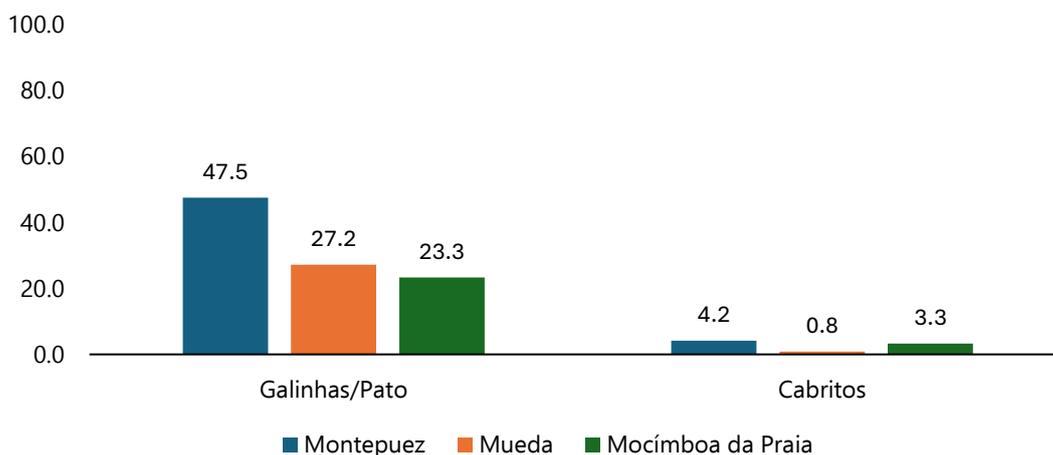
Neste cenário de pressão sobre áreas agrícolas, emerge um mercado de terras, com preços variáveis em função da proximidade de centros urbanos, possibilidade de agricultura de segunda época e produtividade do terreno. Os preços por hectare variam entre 17.000 e 26.000 meticais em Mapupulo, em função da possibilidade de cultivo na segunda época, atingindo 50.000 meticais em Nandimba (Mueda Sede). Em Mueda, as rendas rondam 2500 meticais por hectare. As famílias sem possibilidades financeiras são

forçadas a capinar nos terrenos dos proprietários para que lhes seja cedida uma área com metade daquela dimensão.

A escassez de terrenos agrícolas pressiona as populações a cultivar pequenos canteiros nos terrenos em volta das suas casas, pelo que os arruamentos dos centros de deslocados são transformados em pequenos canteiros. Porém, a elevada pluviosidade que se fez sentir nos meses de Fevereiro e Março teve impacto negativo sobre a produção, aumentando a vulnerabilidade e dependência de ajuda externa.

Em termos de actividade pecuária constata-se que uma percentagem reduzida de famílias é criadora de aves (galinhas ou patos), sobretudo em Mueda e Mocímboa da Praia, sendo residual os criadores de caprinos (ver gráfico 3)

Gráfico 3: Percentagem de inquiridos criador de galinhas ou cabritos, por distrito

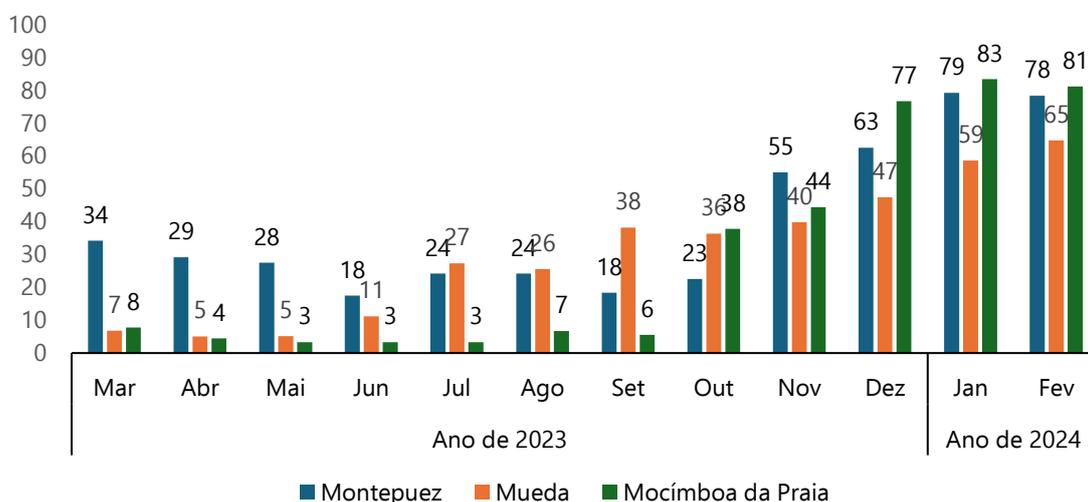


As respostas dos serviços distritais das actividades económicas (SDAE) são claramente insuficientes. Grande parte das redes viárias apresentam-se em más condições e o SDAE de Mueda não dispõe de veículo automóvel, pelo que a capacidade de assistência é muito reduzida. A semente de milho só chegou em Fevereiro e só beneficiou os camponeses da vila sede. Em ano eleitoral, os administradores de distritos visitam áreas agrícolas com escolta, mas sem insumos para distribuição, frequentemente com discursos de apelo à produção, ignorando dificuldades estruturais das populações. Os poucos meios de transporte existentes acabam por ser utilizados para encenação do poder.

Em Montepuez, um pequeno grupo de deslocados beneficiou de insumos do SUSTENTA. A falta de insumos concorre para situações de insegurança alimentar, relativamente contínuas ao longo do ano, mas particularmente evidentes nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro, onde a maioria da população declarou ter passado fome (ver gráfico

4). Em média, os inquiridos conseguiram comprar carne ou peixe, apenas 1,1 vezes por mês em Montepuez, 1,3 vezes em Mueda e 2,6 vezes em Mocímboa da Praia.

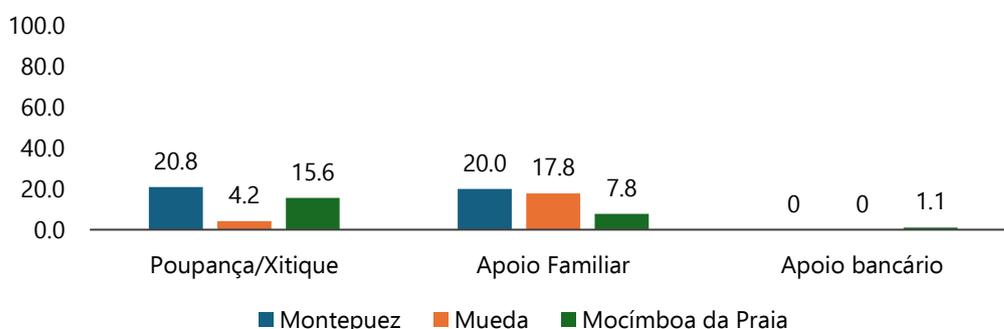
Gráfico 4: Percentagem de indivíduos que declarou ter passado fome, por distrito e meses do ano



No período das chuvas intensifica-se a pressão sobre o garimpo e os consequentes conflitos com as autoridades. A cadeia provincial de Montepuez está cheia de indivíduos apanhados nesta actividade ilegal.

Em Mueda verifica-se um florescimento do mercado local, quer em número de bancas e de variedade de produtos, traduzindo a maior presença de técnicos de organizações humanitárias, e de militares nacionais e estrangeiros. A grande maioria dos inquiridos apresenta-se descapitalizada e sem acesso a apoios financeiros, com grande dificuldade de financiar uma campanha agrícola ou outra actividade económica. Como se mostra no gráfico 5, menos de 20% dos inquiridos beneficiaram de um apoio económico familiar ou são capazes de realização de um sistema de poupança informal.

Gráfico 5: Percentagem de indivíduos que realizou poupança ou obteve um apoio financeiro



Depois do crescimento verificado a partir de finais de 2022, com o regresso de muitos indivíduos e dinamização de pequenos negócios, em Palma e Mocimboa da Praia verifica-se actualmente uma estagnação económica. Nos bairros periféricos de Palma persistem inúmeras casas vazias, repletas de capim em redor, denotando o receio de regresso de muitos indivíduos. Entre a juventude local, persistem as queixas de falta de emprego, problemas de certificação de competências informalmente adquiridas (condução de viaturas, electricidade, etc.) e concorrência de quadros oriundos de fora da região. Persiste o discurso que os *vientes* conseguem vagas pela internet, em prejuízo dos locais.

Em virtude da má qualidade das vias de acesso, a abertura da fronteira com a Tanzânia não teve impacto significativo. Durante o período chuvoso, o trajecto de 170 km de Mueda até à fronteira, em Ngomano, demora cerca de 10 horas, sendo inviável o percurso com veículos ligeiros. Da Tanzânia importa-se, sobretudo, vestuário, utensílios domésticos, insumos agrícolas, motorizadas e automóveis. As exportações são geralmente compostas por milho, castanha de caju, gergelim e amendoim. Existe um comércio ilegal de madeira, castanha, frequentemente usando documentação falsa. Em Mueda verificam-se actividades de câmbio ilegal, dinamizado por tanzanianos e moçambicanos.

PROTEGER INVESTIMENTOS ECONÓMICOS E PROLONGAR O CONFLITO: A DIFICULDADE DE PENSAR FORA DA CAIXA

Até finais de 2023, as forças armadas de Moçambique e aliadas vinham circunscrevendo a insurgência ao vale do rio Messalo e costa de Macomia, apostando no corte da logística ao grupo rebelde e planeando ataques às suas bases militares. Consciente das dificuldades da solução militar e da durabilidade do conflito, no Sul e Noroeste da província o governo iniciou um processo de mentalização das populações deslocadas oriundas dos locais mais inseguros para o seu assentamento definitivo. O conceito de "deslocado" foi substituído pelo de "nativo", proclamando-se a integração das famílias, mas sem que existam mecanismos de apoio ao desenvolvimento e reintegração social. Grande parte das famílias deslocadas continua sem acesso a meios de produção (terra), está descapitalizada e não existem linhas de crédito para apoio a pequenos negócios. A distribuição de insumos é claramente inadequada, frequentemente realizada de forma tardia e descontínua, dificultando o planeamento dos pequenos produtores.

Não obstante todo o esforço paliativo, atenuando o sofrimento das populações, a ajuda humanitária não deixa de ser geradora e reprodutora de conflitos. A exiguidade dos apoios, a falta de clareza dos critérios de distribuição, a existência de irregularidades nas listas de beneficiários, as desigualdades entre técnicos da ajuda humanitária e os beneficiários da ajuda, tendem a ser geradoras de tensões entre as populações deslocadas. Continuam a existir relatos de oportunismo generalizado na obtenção da ajuda e de conflitos entre populações deslocadas e as populações anfitriãs que cedem os terrenos. A instabilidade militar e movimentos populacionais criam, não só, confusão

entre ajuda humanitária e de apoio ao desenvolvimento, como agravam o desafio das organizações não-governamentais, num cenário de escassez de financiamento. Quatro anos após o processo de reassentamento, a maioria das famílias continua privada de bens de consumo.

O período chuvoso foi responsável pelo agravamento da, já precária, situação das vias de comunicação, contribuindo para um maior isolamento das populações do Norte da província. A agravar a insegurança rodoviária na E380, em virtude do conflito, a queda da ponte sobre o rio Messalo gera problemas logísticos adicionais, agravando o fornecimento de combustível, medicamentos, manuais escolares, entre outros bens de primeira necessidade, e provocando o aumento de preços.

As instituições públicas mantêm a tendência de crescente fragilização, com particular evidência nos serviços de educação e saúde. Não obstante o aumento da população estudantil, os orçamentos das escolas continuam a sofrer cortes significativos e aumenta o rácio de estudante por professor. Grande parte dos alunos desiste no final do ensino primário, sem competências de leitura, problematizando a integração social e o exercício da própria cidadania, e aumentando a vulnerabilidade ao recrutamento para grupos violentos. A fragilidade do sistema educativo constituirá a principal factura a pagar no futuro próximo. Os serviços da saúde seguem a mesma tendência, pois as várias unidades sanitárias carecem de energia, água corrente, equipamento laboratorial e medicamentos e até produtos de limpeza. Os serviços distritais não têm orçamento, meios técnicos e humanos adequados e apresentam-se incapazes de gestão e manutenção dos equipamentos doados, como salas de aula, unidades sanitárias, furos de água ou sistemas eléctricos. Os edifícios e equipamentos degradam-se dia após dia, em prejuízo da qualidade dos serviços públicos e das populações.

Constituindo alvos privilegiados da insurgência e tendo as respectivas instalações destruídas, os funcionários públicos declaram-se francamente desmotivados e adoptam uma atitude de resistência passiva, em particular no sector da educação. Em ano de eleições, o partido no poder terá dificuldade de mobilizar esta sua tradicional base de apoio, pelo que serão expectáveis tentativas mais duras de controlo e de fraude eleitoral.

Nas zonas de penetração de grandes projectos extractivos, iniciativas de responsabilidade social das multinacionais não se traduzem numa melhoria clara das condições de vida das populações. Esta situação alimenta a convicção segundo a qual a província é rica em recursos naturais, mas estes não beneficiam as populações.

Todo este cenário de precariedade concorre para um aumento da tensão entre as populações, que buscam bodes expiatórios para a realização das suas catarses. Técnicos de organizações humanitárias enfrentam situações tensas durante os processos de distribuição. No Sul da província, populações descarregam sentimentos de precariedade e de incerteza, linchando funcionários da saúde (suspeitos de serem os responsáveis pela propagação de cólera), ou técnicos de educação cívica eleitoral.

Sete anos após o início da guerra, é por demais evidente o desgaste generalizado do tecido social. Não obstante, existem poucos sinais de procura de soluções políticas para o conflito, quer por parte do Governo moçambicano, quer por parte de actores internacionais. Ao financiarem a formação das forças armadas moçambicanas e apoiarem o envio de tropas estrangeiras para a região, países estrangeiros estimulam o governo a insistir numa solução militar sem fim à vista. As multinacionais apresentam-se confortáveis com a presença de um exército estrangeiro para protecção dos seus interesses energéticos, particularmente do gás (em Palma) e de grafite (Ancuabe), ainda que avaliem o risco de fenómenos de exclusão sociopolítica sobre os respectivos investimentos. A região consolida-se como uma zona sacrificada para extracção de recursos para estabilização dos preços energéticos nos mercados internacionais. Reproduz-se um sistema insustentável e ilegítimo aos olhos das populações, com impactos negativos sobre as instituições do Estado, mas também sobre projectos de investimento e acções de organizações humanitárias. No seio do partido no poder, num período de definição de candidatos para a respectiva liderança e candidatura presencial, não são apresentadas quaisquer ideias ou visões políticas sobre estes complexos assuntos.